

Em, 12 12 2011

John June Novo
Fábio Núñez Novo

1º Secretário ALEP!

1° Secretário

LIDO NO EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 071/GG

Teresina(PI), 12 de Dezembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido a superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que "Dispõe sobre o vencimento dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto que não tenham lei ou plano de cargos específico, e dá outras providências."

O Poder Executivo, no intuito de prosseguir no cumprimento do Princípio da Legalidade e na valorização de seus servidores públicos, apresenta à essa Augusta Casa Legislativa projeto que trata da fixação dos vencimentos dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto da Administração Direta e Indireta, ressalvados aqueles que já possuem plano específico de vencimentos, com acréscimo remuneratório a ser implantado a partir de 2012 até o ano de 2014.

Assim, é que o Estado do Piauí está agora confirmando, com este Projeto de Lei, ante um melhor controle na arrecadação, o compromisso com a valorização remuneratória dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto.

Impõe acrescentar que o reajuste concedido busca recompor a perda do poder aquisitivo da remuneração dos cargos.

Dessa forma, tendo em mente a importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa sua apreciação, confiando pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que submeto a superior consideração desse egrégio Poder Legislativo.

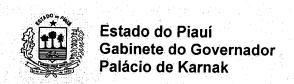
Governador do Estado do Piauí

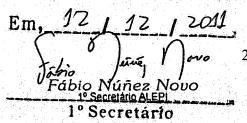
Excelentíssimo Senhor Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí NESTA CAPITAL

TERESTAR PI, 12.12.11.

PARIA LETURA EN PLENARED.

Secretário Geral da Mesa





LIDO NO EXPEDIENTE

PROJETO DE LEI Nº 049, DE 12 DE DEZEMANO

DE 2011

Dispõe sobre o vencimento dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto que não tenham lei ou plano de cargos específico, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

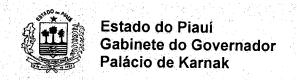
Art. 1º Esta Lei fixa o vencimento dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de engenheiro e arquiteto na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí, que não tenha lei ou plano de cargos específico.

Parágrafo único. Esta se aplica aos ocupantes de cargo efetivo de arquiteto e de cargo efetivo de engenheiro nas suas mais variadas especialidades.

- Art. 2° As carreiras de engenheiro e arquiteto são estruturadas em 3 (três) classes (I, II e III), cada uma com 5 (cinco) referências (A, B, C, D e E).
- Art. 3º O vencimento fixado por esta Lei fica estabelecido para as respectivas classes e referências, em conformidade com a tabela constante do Anexo Único desta Lei.
- Art. 4º O enquadramento nas carreiras previstas nesta Lei obedecerá, no que couber, ao disposto na Lei Complementar estadual n. 38, de 24 de março de 2004.
- Art. 5º O servidor que se encontrar afastado do efetivo exercício do cargo, ainda que para servir a outro órgão ou entidade, somente será enquadrado nesta Lei, quando formalmente reassumir o exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo aos afastamentos considerados como efetivo exercício.

- Art. 6º O enquadramento previsto nesta Lei ocorrerá em etapas, no prazo de 6 (seis) meses, a contar do inicio de sua vigência, e será da competência do Chefe do Poder Executivo.
- § 1º O servidor que se julgar prejudicado em seu enquadramento poderá recorrer, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de ciência ou da publicação do mesmo.
- § 2º O acréscimo pecuniário decorrente do enquadramento será efetivado em 3 (três) parcelas iguais e anuais, sempre no mês de maio, começando em 2012 e finalizando em 2014.
- Art. 7º O enquadramento do servidor inativo e pensionista será feito, no que couber, da mesma forma do enquadramento do servidor ativo, assegurando-se, na forma da Constituição Federal, a paridade com os servidores ativos.



Art. 8º Nenhuma redução percebida legalmente poderá resultar da aplicação desta Lei, assegurado aos servidores a percepção da diferença como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente a atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais.

Art. 9º Os servidores ocupantes dos cargos de engenheiro e arquiteto são regidos, no que couber, pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí - Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, em especial os dispositivos relativos ao provimento, concurso público, jornada de trabalho, estágio probatório, vacância, remoção, férias, licenças, afastamentos, concessões, pensão e aposentadoria, regime disciplinar e processo administrativo disciplinar.

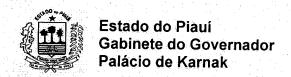
Art. 10. As disposições da presente Lei aplicam-se aos proventos de aposentadoria dos servidores, profissionais de saúde, bem como às pensões pagas aos seus dependentes.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e os incisos I e VII do art. 5º da Lei estadual n. 4.254, de 27 de dezembro de 1988.

PALÁCIO DE KARNAK Jem Teresina (PI),

**GOVERNADOR DO ESTADO** 

SECRETÁRIO DE GOVERNO



# ANEXO ÚNICO

# TABELA DE VENCIMENTOS

CLASSE	REFERÊNCIA	Tempo de		
CLASSE	REFERENCIA	Serviço	Vencimento	
	Α	0 a 3 anos	2.000,00	
		De 3 a 5		
	B	anos	2.100,00	
		De 5 a 7		
I I	C	anos	2.205,00	
		De 7 a 9		
	D	anos	2.315,25	
		De 9 a 11		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Е	anos	2.431,00	
		De 11 a 13		
П	A	anos	2.515,40	
		De 13 a 15		
	В	anos	2.641,17	
		De a 15 a		
11	C	17 anos	2.773,22	
		De 17 a 19		
	D	anos	2.911,82	
		De 19 a 21		
	Е	anos	3.057,41	
		De 21 a 23		
	Α	anos	3.238,24	
		De 23 a 25		
	В	anos	3.400,15	
III		De 25 a 27		
111	C	anos	3.570,15	
		De 27 a 29		
_	D	anos	3.748,65	
		A partir de		
	E .	29 anos	3.936,09	



# Assembléia Legislativa

Ao	Pres	siden	te	da (	Comissão	de
DV0.000			A	rus:	tico	
p.ra	03	dev	ieos	fins		
	Em	13	1	12	لال ا	
	*******		e	loc	aus	****
					ges Rodrig	

Ao Deputado Kleber

Fualis

para relatar.

Em 13 / 12 / M

Presidente comissão de Constituição

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mensagem n° 071/GG

Projeto de Lei nº 049/2011 – "Dispõe sobre o vencimento dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto que não tenham lei ou plano de cargos específico, e dá outras providências."

Processo AL - 1892/11.

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Kleber Eulálio (PMDB)

### PARECER CCJ Nº /11

#### I - Relatório:

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 34, I, "a", 141, I a II do Regimento da Assembléia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o Processo AL nº 1892/2011 que "Dispõe sobre o vencimento dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto que não tenham lei ou plano de cargos específico, e dá outras providências."

O presente Projeto de Lei trata da fixação dos vencimentos dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto da Administração Direta e Indireta, ressalvados aqueles que já possuem plano específico de vencimentos, com acréscimo remuneratório a ser implantado a partir de 2012 até o ano de 2014.

Diz ainda que o reajuste concedido busca recompor a perda do poder aquisitivo da remuneração dos cargos.

Em síntese, esse é o relatório.

#### II – Fundamentação:

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 136 e seguintes do mesmo diploma legal.

São de iniciativa privativa do Governador, diz a Constituição Estadual art. 75, § 2, II, as leis que disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria.

Dessa forma, o Estado do Piauí está confirmando um melhor controle na arrecadação e compromisso com a valorização remuneratória dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Só ressaltamos que o presente Projeto de Lei tem que incluir, também, o cargo de geólogo.

Portanto, o projeto em análise merece alguns reparos, em especial com relação na ementa e nos seus artigos 1°, 2° e 9°. Com este intuito que apresentamos a seguinte

#### **EMENDA**

"Dê-se à ementa e aos artigos 1°, 2° e 3° do Projeto de Lei n° 049, de 2011, a seguinte redação:

Ementa - Dispõe sobre o vencimento dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro, arquiteto e **geólogo** que não tenham lei ou plano de cargos específico, e dá outras providências.

Art. 1º - Esta Lei fixa o vencimento dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de engenheiro, arquiteto e **geólogo** na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí, que não tenha lei ou plano de cargos específico.

Parágrafo Único. Esta se aplica aos ocupantes de cargo efetivo de arquiteto, cargo efetivo de engenheiro e cargo efetivo de geólogo nas suas mais variadas especialidades.

- Art. 2° As carreiras de engenheiro, arquiteto e **geólogo** são estruturadas em 3 (três) classes (I, II e III), cada uma com 5 (cinco) referências (A, B, C, D e E).
- Art. 9° Os servidores ocupantes dos cargos de engenheiro, arquiteto e **geólogo** são regidos, no que couber, pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, em especial os dispositivos relativos ao provimento, concurso público, jornada de trabalho, estágio probatório, vacância, remoção, férias, licenças, afastamentos, concessões, pensão e aposentadoria, regime disciplinar e processo administrativo disciplinar. "

Diante disso, reafirmamos a importância de tal projeto para os servidores do Estado do Piauí, e ainda que devem ser incluído no projeto o cargo de geólogo.

O Projeto de Lei em análise encontra amparo Constitucional e Regimental.

#### III - Voto do Relator:

Após análise circunstanciada do Projeto de Lei nº 049/2011 – "Dispõe sobre o vencimento dos servidores efetivos ocupantes de cargos de engenheiro e arquiteto que não tenham lei ou plano de cargos específico, e dá outras providências.", submetida à apreciação desta Comissão Permanente, o deputado designado para funcionar na Relatoria VOTO FAVORAVELMENTE, diante da sua constitucionalidade, legalidade e adequação ao regimento interno desta Casa, com a ressalva de que deverá ser incluído dos direitos de que trata esta Lei o cargo de geólogo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### IV - Parecer da Comissão:

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

( ) <u>pelo acatamento do Voto do Relator</u>, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

( ) <u>pela rejeição do Voto do Relator</u>, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, Teresina (PI), de dezembro de

2011.

Deputado Kleber Eulálio (PMDB)

Relator

RUMANIMIDAL:

em, 120 121

da Comissão de

Presidente

Av. Mal. Castelo Branco, S/N, Cabral • CEP 64.000-810 • Teresina-Pl.